

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os Institutos Politécnicos situados fora dos grandes centros urbanos, além do seu papel de instituições do sistema público de ensino superior e ciência, contribuem de forma particular para a coesão social e económica do país. Essa importante rede de instituições de ensino superior tem enfrentado dificuldades várias, nomeadamente de subfinanciamento, que são motivo de preocupação. Entre as instituições afetadas estão o Instituto Politécnico de Santarém (IPS), o Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB).

O Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental das Instituições de Ensino Superior Público, conforme tem sido divulgado pela comunicação social, afirma que o IPS, o IPT e o IPCB estão “em situação de crise institucional grave”, precisando de 5,9 milhões de euros para salários. Esta situação preocupante não é totalmente inesperada. O subfinanciamento das instituições do ensino superior, o abuso da figura do professor convidado e a consequente precariedade dos docentes do ensino superior estão a tornar-se um problema crónico do sistema de ensino superior e ciência em Portugal. Acrescendo que o carácter precário dos vínculos dos docentes do ensino superior é por si só um obstáculo à estabilidade e boa governação das Instituições do Ensino Superior.

Os problemas que afetam os institutos politécnicos têm sido apontados ao longo dos anos. E, de acordo com as informações divulgadas, o Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental das Instituições de Ensino Superior Público tem recomendado ao IPS, IPT e IPCB que procedam à contratação de recursos humanos, à adequação do corpo docente e à reorganização estatutária. Simultaneamente o mesmo Grupo de Monitorização tem apelado ao incremento de receitas próprias. Ora a proposta de incremento das receitas próprias, no nosso entender, é uma forma de ocultar o evidente subfinanciamento destas instituições por parte do Estado. Em 2015, 2017 e 2018 estes Institutos Politécnicos precisaram de “reforços extraordinários”: nestes três anos, o IPS e IPCB receberam reforço de 3,7 milhões de euros cada e o IPT recebeu 1,4 milhões de euros.

Identificada esta situação, que o Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental das Instituições

de Ensino Superior Público classifica como “crise institucional”, é urgente que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tome medidas urgentes para salvaguardar o futuro do IPS, do IPT e do IPCB.

A confirmarem-se, estas situações merecem a nossa maior preocupação em nome do regular funcionamento do IPS e da ESGTS e do respeito pelos direitos dos seus docentes e estudantes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as seguintes perguntas:

1. Que medidas urgentes o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pretende implementar para garantir o normal funcionamento do Instituto Politécnico de Santarém, do Instituto Politécnico de Tomar e do Instituto Politécnico de Castelo Branco?
2. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior irá reforçar o financiamento dos Institutos Politécnicos tendo em consideração o histórico de insuficiência das dotações orçamentais para fazer face às despesas?

Palácio de São Bento, 13 de dezembro de 2019

Deputado(a)s

LUÍS MONTEIRO(BE)

FABÍOLA CARDOSO(BE)